



Simulado Final **TRT BA**

Analista Judiciário
Área Judiciária - Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado TRT BA – Analista Judiciário – Área Judiciária – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT BA;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-AJAJ-26-11>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

PORTUGUÊS

Fabricio Dutra

Não é de hoje que ouvimos o ditado: “a propaganda é a alma do negócio”. É sabido que uma boa publicidade tem uma grande influência no poder de decisão de um consumidor. Poderíamos aqui citar grandes jargões dessa indústria a qual cada vez mais cresce no país, como por exemplo “bonita camisa, Fernandinho”, ou “tem coisas, que só a Philco faz para você”, e o mais recente “vem pra rua”.

Com o advento da internet e a sua popularização, a propaganda ganhou uma força extra na divulgação da marca de um produto. Uma pesquisa recentemente realizada comprovou que o brasileiro é fortemente influenciado pela propaganda. Foi feita também uma comparação entre a população brasileira e outros países da América Latina, percebeu-se que a persuasão exercida pela propaganda no povo brasileiro é superior àquela causada em outros povos, de outras nações.

Para se tornar uma grande empresa, a publicidade precisa estar aliada a esse desenvolvimento, um exemplo disso são os investimentos milionários, e muitas vezes bilionários, que as empresas fazem, como por exemplo a Coca-cola a qual investe 14% do seu faturamento em propaganda; já as Casas Bahia investem 3%. E é neste momento que as empresas de varejo, os atacadistas, as lojas em geral, entram na mira nesta máquina de difundir ideias chamada publicidade. O comércio varejista brasileiro é o segmento que mais investe em propaganda no país, uma pesquisa retirada do site da Arcos.org revelou que em 2007 o montante fora de R\$ 4,382 bilhões.

Partindo dessa premissa, e breve análise sobre o investimento feito em publicidade, é que chegamos ao peão nesse jogo de xadrez. Buscando atingir sempre o consumidor, mesmo que seja de forma subliminar, as empresas vêm investindo na divulgação de seu produto, e obviamente pagam por isso, valor este que, como visto acima, não é pouco. Desta forma, os empregados das empresas que recebem esse montante para divulgar produtos alheios estão tendo sua imagem explorada.

O direito à imagem está cada vez mais ganhando a atenção que merece devido a essa explosão de tecnologia a qual emergiu nos últimos anos, e cada vez mais se desenvolve com uma agilidade infreável. A Constituição em 1988 já defende este direito como sendo um direito da personalidade o qual tem como a seguinte definição: “*conceituam-se os direitos da personalidade como aqueles que têm por objeto os atributos físicos, psíquicos e morais da pessoa em si e em suas projeções sociais*”.

01. “É sabido que uma boa publicidade tem uma grande influência no poder de decisão de um consumidor...”

Assinale abaixo a opção que apresenta termo destacado que exerça a mesma função sintática que o elemento destacado acima:

- a) O Tribunal de Justiça de São Paulo foi o primeiro a tratar do assunto diretamente, tutelando o direito à imagem explorada em um veículo de comunicação.
- b) Vale ressaltar que a decisão citada acima foi proferida muito antes do surgimento da Constituição Federal.
- c) Após o fato supracitado, surgiu no Brasil a lei de direitos autorais que tutela direitos das obras.
- d) A exploração da imagem do empregado está cada vez maior, devido à quantidade de concorrentes que adentram o mercado.
- e) O direito de reparar o dano decorre exclusivamente do uso indevido da imagem, não sendo necessário fazer provas da ocorrência do dano.

02. Poderíamos aqui citar grandes jargões dessa indústria a qual cada vez mais cresce no país.

Sobre o fragmento acima, se o termo destacado fosse reescrito, desprezando-se alterações no sentido, em qual alternativa se observaria correção gramatical?

- a) a qual cada vez mais se tem notícia no país.
- b) da qual cada vez mais se ouve falar no país
- c) na qual cada vez mais se tem noticiado no país
- d) pela qual cada vez mais se faz referência no país
- e) com a qual cada vez mais se fala no país.

03. Uma pesquisa recentemente realizada comprovou que o brasileiro é fortemente influenciado pela propaganda.

Se o trecho acima fosse reescrito, promovendo-se a transposição de voz verbal, a frase que apresentaria correção gramatical e manutenção de sentido seria:

- a) a propaganda influenciava fortemente o brasileiro
- b) a propaganda influenciara fortemente o brasileiro
- c) a propaganda influenciará fortemente o brasileiro
- d) a propaganda influencia fortemente o brasileiro
- e) a propaganda influenciaria fortemente o brasileiro

04. O direito à imagem está cada vez mais ganhando a atenção que merece devido a essa explosão de tecnologia a qual emergiu nos últimos anos.

Se o termo destacado acima fosse substituído por outro, o que apresentaria correção gramatical, no que tange ao emprego do acento grave de crase no “a”, após o termo “devido”, seria:

- a) imensa explosão
- b) cada explosão
- c) uma explosão
- d) toda explosão
- e) explosões

05. “tem coisas, que só a Philco faz para você”.

No fragmento acima, há um desvio em relação ao que versa a norma padrão quanto ao uso do verbo, o qual seria corrigido com a seguinte substituição:

- a) ocorre
- b) têm
- c) existe
- d) acontece
- e) existem

06. Para se tornar uma grande empresa, a publicidade precisa estar aliada a esse desenvolvimento.

Assinale a opção abaixo em que a vírgula foi empregada pela mesma razão que no fragmento acima:

- a) As empresas buscam divulgar sua marca, seus produtos, e em troca dessa divulgação tem o seu faturamento em crescente expansão.
- b) Atualmente, na esfera jurídica, é possível encontrar apenas uma legislação que trata do tema.
- c) Hoje ocorre a venda da transmissão ou retransmissão dos jogos em que ele atuar, seja como titular, seja como reserva.
- d) Portanto, a competência para julgar esse caso é da Justiça de Trabalho, visto que o dano à imagem decorreu de uma relação de trabalho ou emprego.
- e) É perceptível a importância do trabalho para o homem, é uma ponte para buscar a realização de sonhos, conquistas, para a saúde mental e física.

07. O comércio varejista brasileiro é o segmento que mais investe em propaganda no país.

O termo destacado é:

- a) uma partícula de realce
- b) uma conjunção comparativa
- c) uma conjunção integrante
- d) um pronome relativo
- e) uma preposição

08. Buscando atingir sempre o consumidor, mesmo que seja de forma subliminar. A expressão abaixo que substitui a conectivo acima, com correção gramatical e exata manutenção do sentido é:

- a) embora
- b) apesar de
- c) porquanto
- d) desde que
- e) ainda que

09. Acerca das informações do texto, assinale a alternativa correta:

- a) As empresas, hoje em dia, já se expandiram tanto que não precisam investir na divulgação de seu produto.
- b) Antes do advento da internet, a propaganda enfrenta uma crise em relação ao alcance das publicidades das marcas.
- c) O varejo investe mais em propaganda do que o atacado.
- d) A persuasão exercida pela propaganda no povo brasileiro é superior à de qualquer outro país.
- e) uma boa publicidade exerce total intervenção na capacidade de escolha de um consumidor.

10. Assinale a opção integralmente correta em relação às regras de concordância verbal.

- a) A política de preços praticados em comércios exteriores vão causar crise no mercado.
- b) Espera-se atentamente, desde os anúncios feitos pela mídia, os seus pronunciamentos.
- c) Haviam cooperativas de catadores na cidade de São Paulo.
- d) O tratamento e a destinação corretos do lixo evitaria que 35% deles fosse despejado em aterros.
- e) Deve haver novos investimentos financeiros nos próximos meses.

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICA

Carlos Henrique

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 técnicos de um TRT a respeito da atividade A — catalogar os processos — e da atividade B — atendimento ao público — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões 11 e 12.

11. Qual é a quantidade máxima de técnicos desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

12. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de técnicos desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

13. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

14. Em um órgão do TRT os processos são classificados por dois critérios: tamanhos e cor de capa dos processos. Os processos podem ser de dois tamanhos: pequenos e grandes. Além disso, as capas dos processos podem ser cinzas ou azuis. No órgão, há 155 processos, dos quais 82 possuem capas azuis e 85 são pequenos. Sabendo que 33 dos processos são pequenos e de capas azuis, a porcentagem dos processos grandes que são cinzas é

- a) 20%.
- b) 30%.
- c) 36%.
- d) 24%.
- e) 15%.

15. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	residência 1	Residência 2	Residência 3	Residência 4	Residência 5
Número de moradores	4	7	3	8	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. Nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Civis, acerca das penalidades, é correto afirmar que:

- a) a suspensão será aplicada em caso de insubordinação grave em serviço
- b) a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas gera ao servidor o direito de ser notificado por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias
- c) será aplicada demissão ao servidor que praticar ofensa física em serviço para defender a si mesmo ou outrem
- d) As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 5 (cinco) anos de efetivo exercício
- e) A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de advertência, suspensão e de demissão

17. Osvaldo foi acusado de receber propina em razão de suas atribuições, tendo sido investigado e considerado culpado, o que resultou em sua demissão. Ocorre que Osvaldo conseguiu provas de que não foi o autor do ilícito. Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, é correto afirmar que o servidor poderá retornar ao quadro de efetivos por meio da:

- a) reversão
- b) recondução
- c) readmissão
- d) aproveitamento
- e) reintegração

18. Nos termos da Lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- a) órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica
- b) nos processos administrativos será observado, dentre outros critérios, a impulsão dos atos no processo administrativo pelas partes interessadas, somente
- c) os administrados devem ser assistidos por advogado, salvo quando facultado por Lei
- d) está dentre os deveres do administrado, expor os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, bem como agir de modo temerário
- e) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos

19. No que tange à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assinale a alternativa correta.

- I. Considera-se dado pessoal a informação relacionada a pessoa natural, ou jurídica, identificada ou identificável.
- II. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- III. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) I e III
- d) II e III
- e) Todas as alternativas

20. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 5ª Região, cabe ao Corregedor Regional, exceto:

- a) convocar Juízes para substituição nas Varas do Trabalho
- b) verificar a assiduidade dos Juízes
- c) propor punições ao Juiz que não cumprir os deveres do seu cargo
- d) distribuir os feitos pelos Desembargadores na forma deste Regimento
- e) publicar, mensalmente, mapa de rendimento e produtividade dos Juízes Titulares de Vara do Trabalho e dos Juízes do Trabalho Substitutos

DIREITO ADMINISTRATIVO/LEGISLAÇÃO

Fabiano Pereira

21. Os atos administrativos negociais são aqueles pelos quais a Administração Pública faculta aos particulares o exercício de determinada atividade, desde que cumpridos alguns requisitos estabelecidos pelo próprio Poder Público. Sobre as espécies dos atos negociais, julgue os itens abaixo:

- I. A autorização trata-se de um ato vinculado podendo ser editado em caráter definitivo.
- II. A permissão é definitiva, pois somente poderá ser anulada por meio do controle de legalidade.
- III. A exploração do serviço de táxi, o bloqueio de uma rua para realização de festa junina ou ainda o uso do porte de arma de fogo são atos discricionários e precários.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item II está correto
- b) Somente os itens I e III estão corretos
- c) Todos estão corretos
- d) Somente II e III estão corretos
- e) Somente o item III está correto

22. Qual dos princípios abaixo se coaduna com essa definição: “os serviços públicos não devem ser prestados com lucros ou prejuízos, mas sim mediante taxas ou tarifas justas, que proporcionem a remuneração pelos serviços e garantam o seu aperfeiçoamento e expansão” Assinale a opção correta:

- a) princípio da eficiência.
- b) princípio da continuidade
- c) princípio da modicidade.
- d) princípio da generalidade.
- e) princípio da atualidade.

23. O provimento é o ato administrativo de preenchimento de cargo público, podendo ele ser originário ou derivado. Diante do exposto, a alternativa que NÃO condiz com o provimento derivado é:

- a) a readaptação.
- b) a promoção.
- c) a reversão.
- d) a nomeação.
- e) o aproveitamento.

24. Acerca dos contratos da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos administrativos submetem-se às normas de Direito Público, mas também poderão ser submetidos às disposições legais do Direito Privado e aos princípios da teoria geral dos contratos, de forma supletiva.
- b) Os contratos administrativos, como regra, admitem a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daquele que foi contratado pelo procedimento licitatório.
- c) Nos contratos administrativos inexistem cláusulas exorbitantes, assim como nos contratos privados.
- d) O regime jurídico dos contratos administrativos não assegura à Administração a prerrogativa aplicação de sanções aos contratados pela prática de infrações administrativas.
- e) Haverá exigências de garantias para execução do contrato somente se o contratado aceitar tal condição.

25. São várias as teorias que buscam justificar a natureza jurídica da relação entre Estado e Agentes Públicos, porém, assinale a alternativa que teve grande aceitação doutrinária e jurisprudencial no país e é aplicada atualmente:

- a) teoria do risco integral.
- b) teoria da representação.
- c) teoria do órgão.
- d) teoria do mandato.
- e) teoria do risco administrativo.

26. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) O poder de polícia é repressivo pela sua própria natureza jurídica.
- b) A função do poder de polícia é exercida por quatro ciclos ou fases.
- c) O termo “polícia” representa um gênero do qual existem duas principais espécies: polícia administrativa, exercida pelos órgãos de segurança pública, e polícia judiciária, exercida pelos órgãos administrativos de fiscalização.
- d) O poder de polícia não se fundamenta no princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.
- e) O poder de polícia jamais poderá ser exercido por particulares ou entidades públicas regidas pelo direito privado.

27. Analise os enunciados e aponte a alternativa incorreta:

- a) O princípio da razoabilidade objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública que possam ocasionar lesão aos direitos fundamentais.
- b) A possibilidade jurídica de submeter-se efetivamente qualquer lesão de direito e, por extensão, as ameaças de lesão de direito a algum tipo de controle é consequência do princípio da sindicabilidade.
- c) A Administração Pública não pode exigir a devolução ao erário dos valores recebidos de maneira honesta pelo servidor público, quando estes tiverem sido pagos indevidamente em função de errônea interpretação ou má aplicação da lei, o que se fundamenta no princípio da boa-fé.
- d) Segundo entendimento consolidado do STF, eventuais atos da Administração Pública que repercutam no campo dos interesses individuais do cidadão apenas deverão ser precedidos de prévio procedimento administrativo quando tiverem por finalidade a aplicação de sanções administrativas.
- e) O princípio da motivação implica para a Administração o dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato.

28. Os critérios de julgamento “menor preço” e “maior desconto”, previstos na Lei de Licitações - Lei nº 14.133/2021, são aplicáveis apenas às modalidades:

- a) concorrência e leilão
- b) concurso e diálogo competitivo.
- c) concurso e leilão.
- d) concurso, leilão e diálogo competitivo.
- e) concorrência e pregão.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

29. O fundamento do Estado Democrático de Direito, previsto no art. 1º da Constituição Federal, que torna o cidadão titular de direitos e o qualifica como participante da vida do Estado é:

- a) a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho.
- b) a soberania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) a cidadania.
- e) o pluralismo político.

30. Adão desmaiou no jardim de sua casa no momento em que Adelina transitava na frente do imóvel. A pedestre então empurrou o portão e adentrou o imóvel, durante a noite, para prestar socorro a Adão. De acordo com a Constituição Federal, Adelina:

- a) não agiu corretamente, pois não podia ter entrado no imóvel de Adão, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- b) agiu corretamente, pois podia ter penetrado no imóvel de Adão, já que o fez para lhe prestar socorro.
- c) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas no caso de flagrante delito, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.
- d) agiu corretamente, pois é permitida a penetração no imóvel de Adão sem o seu consentimento apenas para prestar socorro e por determinação judicial em qualquer horário, seja durante o dia ou à noite.
- e) não agiu corretamente, pois podia ter entrado no imóvel de Adão apenas com a sua permissão ou, durante o dia, por determinação judicial, já que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador.

31. De acordo com o que estabelece a Constituição Federal de 1988:

- a) todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ainda que seu sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- b) no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.
- c) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, ainda que as invoque com a intenção de se eximir de obrigação legal a todos imposta e de se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- d) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer e observados os imperativos de necessidade do Estado e da coletividade.
- e) é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, ressalvada a necessidade de licença prévia da autoridade competente nos casos de segurança da sociedade e do Estado.

32. Aos trabalhadores urbanos e rurais a Constituição Federal de 1988 assegura

- a) a proibição de trabalho noturno a menores de vinte e um anos de idade.
- b) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e oitenta dias.
- c) jornada de oito horas, em regra, para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- d) a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.
- e) ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de três anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho.

33. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, instituídos pela Constituição Federal, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

- a) irredutibilidade do salário, ainda que haja autorização disposta em convenção ou acordo coletivo.
- b) participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- c) licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.
- d) igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.
- e) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do Estado, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

34. Asdrubal, 65 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com treze livros publicados e mais de vinte anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Asdrubal poderá ocupar cargo de

- a) Ministro de Estado da Defesa.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- e) Presidente do Senado Federal.

35. Consoante previsão da Constituição Federal brasileira, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, desde que preenchidos os demais requisitos, far-se-ão por lei:

- a) municipal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual.
- b) federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- c) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual.
- d) estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal.
- e) federal, dentro do período determinado por Lei Complementar Estadual.

36. Processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e outros Tribunais Superiores compete ao:

- a) Conselho Nacional de Justiça.
- b) Superior Tribunal de Justiça.
- c) Poder Legislativo.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

37. Julgue os itens abaixo acerca da proteção do trabalho da mulher e do menor:

- I. Toda empresa é obrigada a dispor de cadeiras ou bancos em tal quantidade que permita às empregadas trabalhar sem esgotamento físico.
- II. Em regra, a licença maternidade tem a duração de 120 dias. Entretanto, se a empresa aderir ao Programa Empresa Cidadã esta poderá ser prorrogada por mais 30 dias.
- III. Não se admite que o empregado menor peça demissão sem assistência do responsável legal.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e III.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

38. A respeito das fontes de Direito do Trabalho, julgue os itens abaixo de acordo com os entendimentos doutrinários majoritários:

- (I) São fontes formais do Direito do Trabalho: a CLT, decretos, sentenças normativas, convenções e acordos coletivos do trabalho e laudos arbitrais.
- (II) São fontes materiais do Direito do Trabalho: greves e demais movimentos operários.
- (III) Súmulas e outros enunciados de jurisprudência editados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª região não poderão restringir direitos legalmente previstos, embora possam criar obrigações não previstas em lei.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

39. Julgue os itens abaixo acerca da relação de trabalho e de emprego:

- I. Relação de trabalho consiste em gênero do qual relação de emprego é uma das espécies. Nesse sentido, emprego é o trabalho subordinado.
- II. A exclusividade é também um requisito da relação de emprego, de modo que não pode ser considerado empregado um trabalhador que possui mais de um vínculo de prestação de serviços.
- III. Pela exigência de continuidade do vínculo empregatício, o comparecimento habitual às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.
- IV. A subordinação, inerente às relações empregatícias, não é afastada pela recusa da oferta de trabalho pelo trabalhador intermitente.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I e IV.

40. Julgue os itens abaixo sobre férias:

- I. A época de concessão de férias será a que melhor atenda aos interesses do empregador.
- II. Vencido o período concessivo sem que o empregador tenha concedido férias, o empregado poderá ajuizar reclamação pedindo a fixação, por sentença, da época do respectivo gozo.
- III. Os dias de férias gozados após o término do período legal de concessão deverão ser remunerados com um adicional de 50%.
- IV. No caso de férias coletivas, só será devido o pagamento de abono de férias quando previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, II e IV.

41. A suspensão do contrato de trabalho em virtude de auxílio-doença

- a) possibilita a prestação de serviços a outros empregadores.
- b) permite que o empregado preste serviços eventuais ao empregador nesse período.
- c) não suspende a fluência do prazo prescricional.
- d) impede a fluência do prazo prescricional e a possibilidade de prestar serviços ao empregador.
- e) deve ser objeto de comunicação ao Ministério do Trabalho (MTb).

42. Bernardinho, empregado da empresa Tech Body Ltda como auxiliar de contabilidade, tem laborado das 8hs às 16hs, de segunda a sexta-feira, sem qualquer intervalo para repouso ou alimentação. Neste caso, considerando o regramento celetista, é correto afirmar que o empregado terá direito:

- a) ao pagamento de duas horas extras diárias, em razão da extrapolação da jornada para trabalhadores empregados em atividades de turnos ininterruptos de revezamento.
- b) ao pagamento de uma hora extra diária, em razão de estar laborando sem o necessário descanso intrajornada.
- c) ao pagamento de quinze minutos diários, a título de jornada extraordinária, em razão de estar laborando sem o necessário descanso intrajornada.
- d) ao pagamento, de natureza indenizatória, do período suprimido de uma hora, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- e) ao pagamento, de natureza salarial, do período suprimido de uma hora, com acréscimo de 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

43. Assinale a circunstância que NÃO impede a ocorrência de equiparação salarial:

- a) existência de pessoal organizado em quadro de carreira, sem homologação no Ministério do Trabalho.
- b) diferença de tempo na função de exatos 3 anos com o empregado paradigma.
- c) diferença de tempo no emprego de menos de 4 anos em relação ao empregado paradigma.
- d) paradigma em readaptação funcional por motivo de deficiência física.
- e) trabalho desempenhado em função similar.

44. Acerca das repercussões rescisórias, julgue os itens abaixo:

- I. O empregador não poderá descontar do empregado, à época da rescisão contratual, o salário relativo ao período de aviso prévio, ainda que a iniciativa da extinção contratual seja do empregado.
- II. Na extinção do contrato de trabalho em virtude de pedido de demissão por parte do empregado, o empregador deverá conceder ao empregado o aviso prévio proporcional, sendo de, no mínimo, 30 dias.
- III. No pedido de demissão por parte do empregado, não é cabível o recebimento de Seguro-Desemprego, mas há direito ao recebimento da indenização do FGTS (multa rescisória de 40%).

Estão corretos APENAS os itens:

- a) II e III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) nenhum dos itens.

45. No que se refere às regras celetistas quanto ao controle de jornada, é correto afirmar que:

- a) Para os estabelecimentos com mais de dez trabalhadores será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.
- b) Para qualquer estabelecimento que admita trabalhadores como empregados será obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, permitida a pré-assinalação do período de repouso.
- c) Se o trabalho for executado fora do estabelecimento, o horário dos empregados constará do registro manual, mecânico ou eletrônico em seu poder, com prejuízo da anotação em registro de empregados.
- d) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, exclusivamente estabelecido mediante convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.
- e) Fica permitida a utilização de registro de ponto por exceção à jornada regular de trabalho, mediante acordo individual escrito, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

46. Examine as seguintes assertivas:

- I. A estabilidade do dirigente sindical somente subsiste se as atribuições do contrato de trabalho do empregado eleito têm relação com a categoria do sindicato para o qual foi eleito dirigente, de sorte que o empregado de categoria diferenciada só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.
- II. Os empregados de empresas que tenham sido eleitos diretores de sociedades cooperativas pelos mesmos criados são destinatários da estabilidade provisória no emprego, com exatamente a mesma proteção assegurada aos dirigentes sindicais.
- III. É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa de empregado que ocupa a presidência das comissões internas de prevenção de acidentes e de assédio, desde o registro de sua candidatura até um ano após o final de seu mandato.
- IV. A jurisprudência tem estendido às empregadas contratadas sob regime temporário (Lei 6.019/1974) a estabilidade prevista no artigo 10, inciso II, alínea 'b', do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas a assertiva I está correta.
- e) Não respondida.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

47. Quanto aos honorários advocatícios no processo do trabalho, é correto afirmar:

- a) São requisitos para a condenação ao pagamento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho: estar a parte assistida por sindicato da categoria profissional, comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do salário mínimo e comprovar não encontrar-se em situação econômica que lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família.
- b) É incabível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em ação rescisória.
- c) São devidos honorários advocatícios nas lides que não derivem da relação de emprego.
- d) São devidos honorários advocatícios sempre que a parte estiver assistida por sindicato da categoria profissional, exceto nas causas em que o sindicato atue como substituto processual.
- e) Na Justiça do Trabalho, a condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nunca superiores a 15%, não decorre simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por sindicato da categoria profissional.

48. Em relação aos prazos no processo do trabalho, é entendimento jurisprudencial dominante:

- a) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- b) Os prazos que se vencerem em sábado ou domingo, terminarão na segunda-feira seguinte.
- c) Intimada ou notificada a parte no sábado, o início do prazo se dará na segunda-feira imediata, e a contagem, na terça-feira.
- d) O recesso forense e as férias coletivas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho suspendem os prazos recursais.
- e) Não se aplica o prazo em dobro para a interposição de embargos declaratórios por pessoa jurídica de direito público.

49. Quanto à forma de reclamação e a notificação no dissídio individual trabalhista pelo rito ordinário, conforme previsões contidas na CLT e em súmulas da jurisprudência uniformizada do TST é correto afirmar:

- a) Recebida e protocolada a reclamação, dentro de 5 dias será notificado o reclamado para comparecer em audiência que será a primeira desimpedida, depois de 48 horas.
- b) Não é possível a acumulação num só processo de várias reclamações, ainda que se trate de empregados da mesma empresa, sem a participação da entidade sindical.
- c) Diante da complexidade das matérias que podem ser discutidas no processo trabalhista, com o advento das novas competências, como por exemplo, as indenizações por danos morais e por acidente do trabalho e as responsabilidades relativas à terceirização de mão de obra, não mais se admite a reclamação trabalhista verbal.
- d) Ao receber a petição inicial, a Secretaria da Vara, conforme expressa previsão legal, deve enviar os autos imediatamente ao juiz para realização do juízo de admissibilidade.
- e) Presume-se recebida a notificação 48 horas depois de sua postagem; o seu não recebimento ou a entrega após o decurso desse prazo constitui ônus de prova do destinatário.

50. Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,

- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
- b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
- c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
- d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
- e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

51. Entre os pressupostos objetivos dos recursos está o preparo que, no processo do trabalho abrange o recolhimento das custas e também do depósito recursal, em relação ao qual é correto afirmar:

- a) As pessoas jurídicas de direito público, o Ministério Público e a massa falida não estão sujeitos ao recolhimento de depósito recursal.
- b) Havendo condenação solidária ou subsidiária de duas ou mais empresas, o depósito recursal feito por uma delas aproveita às demais.
- c) O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste implica na necessidade do recolhimento antecipado do depósito recursal, sob pena de deserção.
- d) É devido depósito recursal na interposição de recurso de revista na fase executória.
- e) O depósito recursal não é devido na interposição de recurso de sentenças meramente declaratórias ou constitutivas, mas é devido nos recursos de sentenças condenatórias.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

52. Considere as afirmações a seguir.

- I. Os direitos da personalidade são extrapatrimoniais, imprescritíveis e vitalícios.
- II. Comoriência é o estudo de como funciona a Ciência do Direito.
- III. Os direitos da personalidade são absolutos porque não podem sofrer nenhum tipo de limitação.
- IV. A incapacidade relativa pode ser suprida com mera assistência, desde que haja autorização judicial, dispensando a representação.

É correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I, II e IV.
- c) I, II, III e IV.
- d) II, apenas.
- e) nenhuma é correta.

53. Suponha que determinado artigo de Lei Estadual em vigor foi revogado. O Poder Legislativo, então substituiu o artigo revogado por outro editado posteriormente, de modo a manter a organização da Lei, utilizando o mesmo número, para que não fosse preciso acrescentar mais um artigo na Lei. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) O Poder Legislativo agiu de forma correta, visto que é possível utilizar o número do dispositivo revogado.
- b) As correções feitas em texto de lei já em vigor, não se consideram lei nova.
- c) É vedado o aproveitamento do número de artigo revogado.
- d) É vedado a revogação parcial da lei, devendo o artigo anterior ser mantido.
- e) Já que houve mudança na lei, mesmo em vigor, há um novo prazo de vacatio legis.

54. Mateus, atualmente com quinze anos, causou danos no carro de Tereza, uma vizinha, pois ficou irritado quando ela pediu que ele abaixasse o volume do som de sua casa. Diante do caso narrado, trata-se de um

- a) Ato ilícito em sentido amplo, cuja a vontade é determinante da conduta.
- b) Ato-fato ilícito, cuja vontade é abstraída pela norma jurídica.
- c) Fatos ilícito em sentido estrito, cuja vontade é determinante da conduta.
- d) Ato ilícito em sentido amplo, pois se trata de uma situação em que há imputabilidade de uma conduta a alguém, independentemente de culpa.
- e) Ato-fato ilícito, cuja vontade é determinante da conduta.

55. São também responsáveis pela reparação civil:

- a) os pais, pelos filhos menores, ainda que não estejam sob sua autoridade ou sua companhia;
- b) o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele, mesmo quando inexistir culpa ou dolo na ação do empregado;
- c) os que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.;
- d) os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, exceto para fins de educação, pelos seus hóspedes, moradores e educandos;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

56. Conforme disposições do Código de Processo Civil, analise os seguintes itens.

I - Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração ao número de partes no processo.

II - A fixação de calendário para a prática dos atos processuais pode ser feita mediante comum acordo entre as partes e o juiz, que ficará obrigado a observar os prazos nele estabelecidos, inclusive para a prolação das decisões, os quais somente poderão ser modificados em casos excepcionais, devidamente justificados.

III - Será considerado intempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

Está correto apenas o disposto em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I.
- d) II
- e) I, II e III.

57. Antônio estava dirigindo seu veículo quando foi abalroado pelos veículos de Edmar e Renato, que estavam apostando corrida na via pública. Diante disso, Antônio ajuizou ação de reparação em face dos dois motoristas. Nessa demanda apenas um Renato ofereceu contestação Edmar, embora revel, constituiu procurador distinto e de outro escritório de advocacia nos autos.

Tratando-se de autos eletrônicos, e sabendo-se que o juízo julgou procedente o pedido, é correto afirmar que:

- a) será contado em dobro o prazo para que qualquer um dos litisconsortes ofereça o recurso de apelação.
- b) os fatos narrados por Antônio foram presumidamente tidos por verdadeiros, ante a inércia de Edmar em contestar a ação.
- c) o prazo para o réu contestante oferecer o recurso de apelação será de quinze dias.
- d) o prazo para o réu contestante recorrer será contado em dobro, e para o réu revel será contado de forma simples;
- e) em face da revelia, os prazos para Edmar fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

58. Considerando as disposições do CPC acerca das provas, assinale a alternativa incorreta

- a) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- b) A parte que alegar direito municipal, estadual, federal, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.
- c) O ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.
- d) Não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos.
- e) O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.

59. O processo é iniciado mediante o ajuizamento da petição inicial, tendo seu curso suspenso, dentre outras, na seguinte hipótese

- a) pela enfermidade grave de qualquer das partes ou de seus advogados.
- b) pelo deferimento de intervenção de terceiros.
- c) por falecimento do procurador da parte, devendo a parte, mediante determinação judicial, constituir novo mandatário no prazo máximo de 30 dias.
- d) quando for arguido vício de incompetência relativa.
- e) em caso de adoção, quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa

60. Assinale a alternativa correta acerca do recurso adesivo no âmbito do processo civil

- a) O recurso adesivo é independente do recurso principal.
- b) Será admissível na apelação, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- c) O recurso adesivo deve ser interposto no prazo da apelação.
- d) Poderá ser conhecido, ainda se houver a desistência do recurso principal.
- e) Possui requisitos de admissibilidade diferentes dos aplicáveis ao recurso principal.

Gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AJAJ-26-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>